

RECURSO ESPECIAL Nº 1.342.882 - SC (2012/0187997-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : ALICE SCHWAMBACH E OUTRO(S) - RS030224
RECORRIDO : ADILSON DE SOUZA E OUTRO
ADVOGADO : JUCELI FRANCISCO JUNIOR E OUTRO(S) - SC014400
RECORRIDO : CONSTRUTORA FONTANA LTDA
ADVOGADOS : CARLOS EUGENIO BENNER E OUTRO(S) - SC004950
RAFAEL DA SILVA TROMBIM - SC017649
AGRAVANTE : CONSTRUTORA FONTANA LTDA
ADVOGADO : NERI TROMBIM E OUTRO(S) - SC002144
AGRAVADO : ADILSON DE SOUZA E OUTRO
ADVOGADO : JUCELI FRANCISCO JUNIOR E OUTRO(S) - SC014400

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por CONSTRUTORA FONTANA LTDA (fls. 825/848) contra decisão exarada pela il. Presidência do eg. Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF 4ª) que inadmitiu o recurso especial.

Cuidam os autos, na origem, de ação de indenização proposta por ADILSON DE SOUZA e ROSANIA ARVELINDO DE SOUZA contra CEF e CONSTRUTORA FONTANA LTDA.

O il. Magistrado julgou parcialmente procedente o pedido (sentença às fls. 619/634).

Diante disso, CONSTRUTORA FONTANA interpôs apelação, a qual foi desprovida pelo eg. TRF 4ª Região, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fl. 706):

"REPARAÇÃO DE DANOS. VÍCIOS CONSTRUTIVOS. OBRA FINANCIADA COM RECURSOS DO SFH. CERCEAMENTO DE DEFESA. PRESCRIÇÃO E, DECADÊNCIA. LEGITIMIDADE AD CAUSAM. PROVA PERICIAL. INDENIZAÇÃO. VALOR. CONSECTÁRIOS LEGAIS. SUCUMBÊNCIA.

Desnecessária a realização de mova perícia técnica, quando presentes elementos probatórios suficientes para a formação do convencimento do Juízo acerca do objeto da demanda. Preliminar de ,cerceamento de defesa rejeitada.

Prescreve em cinco anos o prazo Para reparação de danos por vícios de qualidade (Código de Defesa do Consumidor). Afastada a alegação de decadência. .

A Caixa Econômica Federal e .a Construtora Fontana Ltda são responsáveis solidárias pelos vícios construtivos. identificados em

imóveis populares, construídos com recursos do Sistema Financeiro da Habitação, por meio de projeto arquitetônico aprovado e fiscalizado pelo agente financeiro.

O conjunto probatório produzido pelas partes demonstra a presença de vícios construtivos, oriundos da má qualidade do material empregado na edificação e técnicas inadequadas na sua realização. Mantida a condenação dos réus à reparação dos danos causados aos autores, correspondente ao valor necessário ao restabelecimento da segurança física do imóvel e das perfeitas condições de habitabilidade.

O valor da indenização deverá sofrer a incidência de correção monetária e juros de mora:

Encargos de sucumbência pelas rés: Honorários advocatícios: fixados em 10% do valor da condenação"

Os embargos de declaração opostos (fls. 719/721) foram rejeitados (acórdão às fls. 722/728).

Inconformada, CONSTRUTORA FONTANA interpôs recurso especial (fls. 760/773), com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, violação dos arts. 165, 333, 420, 458 e 535 do CPC/73; do art. 26 do CDC; e do art. 186 do CC/02.

Como dito, o apelo nobre foi inadmitido às fls. 818/823.

Irresignada, CONSTRUTORA FONTANA manejou o presente agravo em recurso especial refutando os fundamentos da decisão que inadmitiu seu apelo nobre.

Foi apresentada contraminuta (fls. 850/861).

É o relatório. Decido.

Inicialmente, alega o recorrente violação do art. 535 do CPC/73, uma vez que o v. acórdão objurgado não teria tratado das matérias suscitadas nos embargos de declaração. Entretanto, o recurso não merece acolhimento. Isso porque o apelo especial limita-se a alegar a omissão de forma genérica, sem apontar quais matérias seriam omissas, o que atrai, por analogia, a Súmula 284 do STF. Corroboram essa conclusão os julgados a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA N 284 DO STF. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA N. 283 DO STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS

AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Considera-se deficiente a fundamentação do recurso especial que alega violação do art. 535 do CPC, a teor da Súmula 284 do STF, quando não demonstrada, clara e objetivamente, qual o ponto omissso, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido que não terão sido sanado no julgamento dos embargos de declaração.

(...)

5. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no REsp 1188316/AM, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 18/11/2014, DJe 25/11/2014, grifou-se).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 284 DO STF, POR ANALOGIA. PERÍCIA. CONVICÇÃO DO JUIZ DESTINATÁRIO DA PROVA. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO

1. Não se pode conhecer da violação ao artigo 535 do CPC, pois as alegações que fundamentaram a pretensa ofensa são genéricas, sem discriminação dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros. Incide, no caso, a Súmula n.º 284 do STF, por analogia.

(...)

4. Agravo regimental não provido."

(AgRg no AREsp 281.953/RJ, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 26/2/2013, DJe de 5/3/2013, grifou-se).

Outrossim, rejeita-se as alegadas violações dos arts. 265 e 458 do CPC/73, uma vez que o eg. TRF 4ª Região analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia e a devida fundamentação. Com efeito, é uníssona a jurisprudência desta eg. Corte no sentido de que o magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos apresentados pelos litigantes, desde que aprecie a lide em sua inteireza, com suficiente fundamentação (AgInt no AREsp 1255148/RS, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 04/12/2018, DJe 07/12/2018).

Além disso, melhor sorte não socorre ao recurso quanto ao art. 186 do

CC/02 e ao art. 420 do CPC/73. Sob as referidas infringências, afirma-se que a perícia realizada por amostragem seira insuficiente para averiguar os reais vícios de construção. Nesse ponto, o eg. TRF 4ª Região ratificou a sentença nos seguintes termo (fls. 694 e 700):

"A sentença foi Proferida de acordo com as formalidades legais e em conformidade com á orientação jurisprudencial deste Tribunal, razão pela qual deve ser mantida pelos seits.próprios fundamentos, in verbis:

(...)

As rés, ao se manifestarem sobre o laudo pericial, apresentaram impugnação ao , .argumento . de que, foi. confeccionado de forma genérica, tendo sido desconsideradas as condições específicas e.atuais de cada imóvel existente no empreendimento.

O argumento, entretanto, não tem procedência. A perícia, obrigatoriamente, não poderia responder aos quesitos se ficasse limitada às condições de cada imóvel. Era necessário que abordasse as condições gerais dos imóveis do empreendimento, de modo que resta plenamente justificada a utilização de elementos fáticos colhidos em alguns dos imóveis que ainda mantinham suas condições originais ou muito próximas a elas. Impossível seria a realização da perícia sobre imóvel completamente reformado pelo ocupante. (grifei)"

Da transcrição acima, verifica-se que o eg. Tribunal regional, mediante análise soberana das provas existentes nos autos, destacou a inviabilidade da perícia ser realizada de forma individualizada, especialmente porque os vícios se referem às condições gerais dos imóveis, bem como porque determinados bens foram reformados. Assim, a pretensão de modificar essa conclusão demandaria revolvimento fático e probatório, o que é incompatível com o recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ.

Por fim, o recorrente invoca a ofensa do art. 26 do CDC, ao argumento de que os vícios de construção submetem-se a prazo decadencial. Ocorre que, segundo a jurisprudência pacífica deste Sodalício, os vícios de construção submetem-se a prazo prescricional.

Na mesma linha de intelecção, os julgados a seguir:

"CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO

ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO CONTRA O CONSTRUTOR. DEFEITOS NA CONSTRUÇÃO. 1. PRAZO PRESCRICIONAL DA AÇÃO PARA OBTER, DO CONSTRUTOR, INDENIZAÇÃO POR DEFEITO DA OBRA NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 É DE 10 ANOS. 2. VÍCIO CONSTRUTIVO. LAUDO PERICIAL. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DESTA CORTE. 3. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O prazo prescricional da ação para obter, do construtor, indenização por defeito da obra na vigência do Código Civil de 2002 é de 10 anos.

(...)

4. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no AREsp 661.548/RJ, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/05/2015, DJe 10/06/2015, g.n.)

"CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. PRAZO PRESCRICIONAL. DEZ ANOS. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

(...)

2. O prazo prescricional da ação para obter, do construtor, indenização por defeito da obra na vigência do Código Civil de 2002 é de 10 anos (AgRg no AREsp 661.548/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 10/6/2015). Precedentes.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1551621/SP, Rel. Ministro **MOURA RIBEIRO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 01/06/2016)

Assim, forçoso reconhecer que o presente apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator